

Dívida federal subiu 11,38% só em fevereiro

GAZETA MERCANTIL

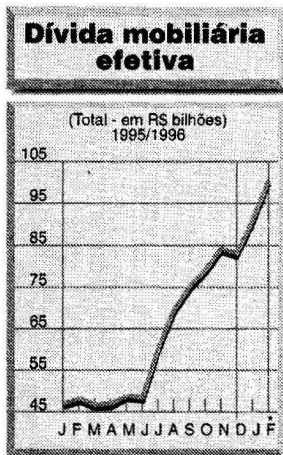
15 MAR 1996

Emissão de títulos públicos dobrou em um ano

por Ivanir José Bortot
de Brasília

Para reduzir o volume de dinheiro em circulação na economia e cumprir suas obrigações com o pagamento de juros dos papéis públicos em fevereiro, o governo federal aumentou sua dívida em R\$ 10,253 bilhões. Apenas a dívida mobiliária federal cresceu 11,38%, com a emissão de novos títulos públicos.

O Banco Central fez uma emissão líquida de R\$ 8,1 bilhões de títulos públicos para provocar uma redução de R\$ 5,4 bilhões na base monetária (papel moeda emitido mais reservas bancárias) no mês passado. Houve, ainda, um



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Dados preliminares

aumento de R\$ 2,120 bilhões da dívida mobiliária, causado pela falta de pagamento de juros.

Por essa razão, a dívida mobiliária efetiva, composta de papéis do Tesouro Nacional e do Banco Central, no mercado e extramercado, atingiu em fevereiro último R\$ 100,382 bilhões, em relação aos R\$ 90,663 bilhões de janeiro. Um ano atrás, em fevereiro de 1995, a dívida era de apenas R\$ 48,2 bilhões.

O crescimento vertiginoso da dívida mobiliária está associado à entrada de capital externo no Brasil e ao desequilíbrio das contas da União, estados e municípios. "Este endividamento tem a ver com o desempenho das contas públicas e com a entrada de recursos externos", disse o chefe do Departamento de Política Econômica do BC, Altamir Lopes.

As reservas internacionais do Brasil atingiram o recorde histórico de US\$ 55,7 bilhões, com um crescimento de US\$ 2,2 bilhões em apenas um mês. Em fevereiro de 95 as reservas eram de US\$ 37,9 bilhões. A for-

te entrada de recursos externos que são trocados por moeda nacional em uma conjuntura de desequilíbrio das contas do Tesouro Nacional provoca aumento de liquidez na economia.

No mês passado, além da compra pelo BC de US\$ 2,212 bilhões de moeda estrangeira, o déficit de caixa do Tesouro Nacional provocou uma injeção de mais R\$ 678 milhões na economia. Para evitar que o excesso de liquidez trouxesse qualquer impacto sobre a demanda e sobre os preços, o Banco Central promoveu uma retirada destes recursos com a venda de títulos públicos. (Cont. B-4)

Dívida federal subiu 11,38% ...

por Ivanir José Bortot
de Brasília

(Continuação da página A-1)

No mercado primário de títulos públicos, o Banco Central colocou R\$ 2,595 bilhões acima do que retirou de circulação, e outros R\$ 5,538 bilhões no mercado secundário. O saldo da base monetária pelo conceito de final de período caiu de R\$ 22,343 bilhões em janeiro para R\$ 17,006 bilhões em fevereiro.

"A retração da base monetária foi mais acentuada devido a um maior impacto dos saques efetuados nas reservas bancárias", disse Altamir Lopes. O compul-

sório recolhido pelos bancos sobre os depósitos à vista caiu de R\$ 12,8 bilhões em janeiro para R\$ 7,9 bilhões em fevereiro. Os bancos adquiriram com estes recursos papéis do governo, o que permitiu à equipe econômica atingir a meta de reduzir a base monetária.

A previsível consequência, embora não imediata desta retirada de R\$ 5,4 bilhões de recursos da economia, será contribuir para a redução da inflação. O papel moeda em poder do público e os depósitos à vista mantiveram-se estáveis em fevereiro em torno de R\$ 23,3 bilhões.

O conjunto dos haveres financeiros da economia, incluindo todas as modalidades de aplicações feitas nos bancos, registrou expansão de 3%. Em relação ao Produto Interno Bruto, esse conjunto dos haveres financeiros subiu de 38,2% do PIB em janeiro para 39% em fevereiro.

As aplicações em poupança, fundos de investimentos e em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) mantiveram-se no mesmo patamar de janeiro. O Banco Central vem usando o recolhimento do compulsório sobre os diversos depósitos, e depósitos judiciais (que em fevereiro totalizaram R\$ 42,2 bilhões) como instrumentos para controlar a liquidez da economia.

Estes recursos, pertencentes aos bancos, ficam retidos

no Banco Central, com exceção da parcela de R\$ 5,8 bilhões que foi usado para o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

Embora tenha um custo anual de TR (Taxa Referencial) mais cerca de 11%, o compulsório é considerado um dinheiro barato para o governo diante dos benefícios que traz para a política econômica. Não fosse este instrumento, seria muito mais difícil para o Banco Central controlar o crédito concedido pelas instituições financeiras, que poderiam emprestar os recursos a custos mais baixos. A existência dos compulsórios representa um custo para os bancos que é repassado nas linhas de financiamento disponíveis. Com isso a autoridade monetária mantém a taxa de juros dos empréstimos no patamar adequado à política monetária.

As captações de recursos externos, uma modalidade de financiamento para as empresas, atingiu US\$ 1,1 bilhão em fevereiro. Os prazos de financiamento subiram de 6,4 anos, em janeiro, para 6,8 anos, e as taxas de juros ficaram em torno de 11% mais a variação cambial.

Os investimentos externos líquidos em moeda cámbiam pela metade em fevereiro, quando comparado

com janeiro. O investimento líquido em portfólio ficou em R\$ 607 milhões, o de fundos de privatização caiu de R\$ 328 milhões em janeiro para R\$ 70 milhões em fevereiro e o investimento direto sofreu uma

redução de R\$ 455 milhões para R\$ 235 milhões.

Esta forte entrada de recursos, somada ao desempenho da balança comercial, contribuiu para elevar as reservas do País em US\$ 2,2 bilhões em fevereiro.

RESERVAS INTERNACIONAIS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

(US\$ milhões)

Fim de período	Caixa 1/		Liquidez internacional 2/	
	Posição	Meses de importação de bens	Posição	Meses de importação de bens
1983	-1.555	-	4.563	3,5
1984	7.522	6,5	11.995	10,3
1985	7.690	7,0	10.482	9,6
1986	4.585	3,9	6.760	5,8
1987	4.433	3,5	7.458	5,9
1988	5.359	4,4	9.140	7,5
1989	7.268	4,8	9.679	6,4
1990	8.751	5,1	9.973	5,8
1991	8.552	4,9	9.406	5,4
1992	19.008	11,1	23.754	13,9
1993	25.878	12,3	32.211	15,3
1994 Jan	29.138	13,9	35.390	16,8
Fev	30.525	14,2	36.542	17,0
Mar	32.294	14,9	38.282	17,6
Abr	35.082	16,1	38.289	17,6
Mai	38.270	16,9	41.408	18,3
Jun	40.131	17,6	42.881	18,8
Jul	40.317	17,9	43.090	19,1
Ago	40.204	17,5	42.981	18,7
Set	40.873	17,6	43.455	18,7
Out	40.441	16,7	42.845	17,7
Nov	39.531	15,2	41.937	16,2
Dez	36.471	13,2	38.806	14,1
1995 Jan	35.929	12,5	38.278	13,3
Fev	35.750	11,7	37.998	12,5
Mar	31.530	9,7	33.742	10,4
Abr	29.918	8,8	31.887	9,4
Mai	31.664	8,8	33.731	9,4
Jun	31.492	8,3	33.512	8,8
Jul	39.780	10,2	41.823	10,7
Ago	45.776	11,3	47.660	11,8
Set	46.614	11,3	48.713	11,8
Out	48.231	11,5	49.694	11,8
Nov	49.797	11,9	51.257	12,3
Dez	50.449	12,2	51.840	12,5
1996 Jan	52.176	12,6	53.540	12,9
Fev	54.411	13,3	55.794	13,6

1/Conceito operacional do Banco Central, contemplando haveres prontamente disponíveis; 2/ Agraga, aos valores do conceito "caixa", os haveres representativos de títulos de exportação e outros haveres de médio e longo prazos.